



Depois de grande vitória nas urnas, Chapa 1 é reconhecida pela Justiça do Trabalho como legítima vencedora da eleição do Sindivigilantes do Sul



Após eleição para escolha de nova diretoria para o Sindivigilantes do Sul, as chapas derrotadas 2 e 3 resolveram se unir e propuseram ações que tinham como objetivo anular e realizar novas eleições no sindicato. Mas a Justiça do Trabalho DISSE UM SONORO NÃO AO GOLPISMO DAS OPOSIÇÕES. Disse que deve prevalecer a VONTADE DAS URNAS, até porque é a pura expressão de um processo eleitoral democrático. De maneira oportunista, alarmista e irresponsável, as chapas de oposição viralizaram nas redes sociais que o sindicato teria uma junta governativa, que haveria nova eleição, que a Chapa 1 não assumiria. Isto nunca foi verdade e com a decisão de hoje (02) do juiz da 28ª Vara do Trabalho da capital, fica de uma vez por todas não apenas comprovado que os opositores sempre MENTIRAM para a categoria, como fica reconhecida, judicialmente, a vitória da Chapa 1, estando autorizada, pelo Poder Judiciário, a ser diplomada como chapa vitoriosa.

Veja a ordem judicial: “Dito isso, a Chapa 1 sagrou-se vitoriosa no processo eleitoral e devem seus integrantes, assim, ser definitivamente empossados nos respectivos cargos para o quadriênio que se inicia em 30.04.2017”. Deve ficar para todos a lição de que é preciso dar um basta aos movimentos golpistas e, neste sentido, a decisão judicial foi muito bem! Esses

Sentença da 28ª Vara do Trabalho foi divulgada nesta terça-feira (02)

fatos precisam ser recordados pela categoria e, principalmente, pelas chapas de oposição, que devem saber que eleição se ganha no VOTO e não no tapetão ou na Justiça!

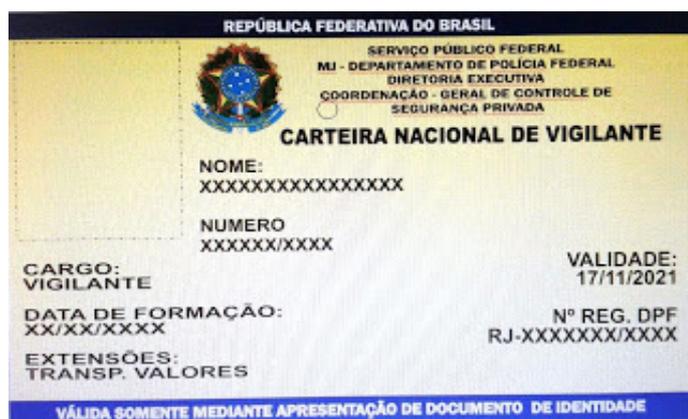
Cabe enfatizar alguns trechos da sentença do JUIZ ARI MARION, quando reconhece, por exemplo, a falta de legitimidade da chapa 3 que, mesmo depois de ter desistido do processo eleitoral, um dia antes de encerrada a votação, no apagar das luzes, alegou um monte de inverdades. Vejam o que o juiz afirmou: “Como reiteradamente mencionado, os autores postularam e tiveram deferidas novas eleições. Delas participaram, indicando nomes à Comissão Eleitoral. Fizeram campanha, pediram votos, fiscalizaram as votações, acompanharam as urnas itinerantes. As atas vindas aos autos apontam para o transcurso de um processo eleitoral sem maiores percalços até o final, salvo quanto ao abandono da Chapa 3”. Também destacou o Juiz que as iniciativas das chapas de oposição, em anular o processo eleitoral, pretendiam “(...) a perpetuação do processo eleitoral, pela via judicial, em descompasso e em absoluta desconsideração ao órgão competente que é a comissão eleitoral, nesse caso”.

Como vimos, a Justiça do Trabalho não caiu

no conto dos vigários! Nossa assessoria jurídica estava certa em sua linha de atuação, quando nos garantia que podíamos confiar na Justiça! Agora, vigilantes, estamos iniciando, no dia de hoje, uma nova caminhada, que será marcada por grandes lutas, pois vivemos momentos muito difíceis no país, enfrentando a retirada dos direitos trabalhistas e com uma pavorosa reforma da previdência pela frente. Pedimos não apenas que a categoria se una, mas que continue confiando na direção do sindicato, que se associe à entidade e apoie as lutas por nossos legítimos direitos. Em relação às oposições, pede-se que, a partir de agora, parem de mentir e espalhar boatos, respeitem o resultado das urnas, respeitem a chapa vencedora, respeitem o sindicato e se unam às lutas que precisam ser feitas, deixando de lado os ressentimentos da derrota, pois daqui a quatro anos tem outra eleição, quando as urnas falarão novamente! PARABÊNS À NOVA DIREÇÃO, QUE AGORA ASSUME OFICIALMENTE, AOS NOSSOS ADVOGADOS, AOS FUNCIONÁRIOS DO SINDICATO, AOS APOIADORES E, ESPECIALMENTE A VOCÊ, VIGILANTE, QUE CONFIOU E VOTOU NA CHAPA 1. VAMOS À LUTA E DIGA SEMPRE NÃO AOS GOLPES!

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Nova CNV disponível para associados no Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis



O Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis traz mais uma novidade para os vigilantes sindicalizados. Já estão disponíveis na sede do sindicato (Rua Paulo Barbosa, - Petrópolis) a nova Carteira Nacional de Vigilantes (CNV) confeccionada em cartão pvc.

Em caso de perda, a emissão de segunda

via será cobrada uma taxa no valor de R\$ 20 e o vigilantes deverá apresentar também o Registro de Ocorrência na polícia para fins de comprovação.

A Carteira Nacional de Vigilante é um documento de uso obrigatório pelo vigilantes quando em efetivo serviço e tem validade de cinco anos. O trabalhador que ainda não possui a sua deve regularizar sua situação junto ao Departamento de Polícia Federal e com a supervisão da empresa.

Com a nova CNV a portabilidade do documento é facilitada, além de conservar por mais tempo e com material mais moderno.

Fonte: Imprensa SindVig Petrópolis

Vídeo mostra ladrões roubando armas e munição de empresa de segurança em SP

Dois homens chegaram a pé e renderam quatro funcionários. Ninguém foi preso e a polícia vai analisar imagens de câmeras para identificar os criminosos.



Uma empresa de segurança e vigilância foi assaltada na noite desta segunda-feira (19), na Zona Norte da cidade de São Paulo. Segundo a Polícia Civil, dois homens com armas de calibre 38 chegaram a pé e renderam quatro funcionários. Eles levaram armas, munições e coletes à prova de balas.

O SPTV obteve o vídeo de câmeras de segurança que mostram o momento em que os dois ladrões entram na sala e fazem o vigilante refém. Os bandidos estão carregando mochilas grandes. Os três vão para o cofre onde estão guardadas as armas.

Os ladrões começam a pegar o que encontram pela frente: espingardas, revólveres munição e coletes à prova de balas. O vigilante, que está de

verde, disse que foi obrigado a ajudar, colocando as armas dentro das sacolas. O assalto durou cinco minutos. Na saída, os ladrões trancaram o vigilante no cofre. Na imagem, os dois bandidos estão indo embora, com as mochilas lotadas de armas.

A empresa fica em Pirituba, Zona Norte da Capital. O vigilante trabalha há três meses na empresa e contou à polícia que os dois homens tocaram a campainha. Ele deduziu que eram as equipes novas e por isso abriu o portão. Um dos bandidos o chamou pelo nome e disse: "Já sabemos que você está de serviço. A fita está dada! Só viemos buscar as armas".

Fonte: G1

Vídeo mostra ladrões roubando armas e munição de empresa de segurança em SP



Um carro foi jogado na água e o outro ficou abandonado depois dos assaltos ocorridos em Tamandaré, na madrugada desta quarta-feira (3). (Foto: Reprodução WhatsApp TV Globo)

Um carro foi jogado na água e o outro ficou abandonado depois dos assaltos ocorridos em Tamandaré, na madrugada desta quarta-feira (3). (Foto: Reprodução WhatsApp TV Globo)

Bandidos realizaram um assalto, na madrugada desta quarta-feira (3), no Banco do Brasil e no Bradesco de Tamandaré, no Litoral Sul de Pernambuco, distante 104 quilômetros do Recife. De acordo com a Polícia Militar, os ladrões usaram explosivos para abrir caixas eletrônicas das agências, no Centro da cidade. Depois da ação criminosa, o bando foi até a Praia de Carneiros, no mesmo município, e fugiu em lanchas.

A ação criminosa começou às 3h20. Cerca de 20 homens fortemente armados, segundo o 10º batalhão da PM, chegaram em vários carros. Eles colocaram explosivos no Banco do Brasil e depois no Bradesco. As duas agências ficam no mesmo quarteirão.

Moradores relataram que os ladrões atiraram várias vezes. Foram pelo menos 40 minutos de barulho de disparos e explosões.

Para escapar, os bandidos colocaram grampos de metal na Rodovia PE-73. Assim, dificultaram a aproximação dos policiais. Ainda não foi

informada a quantia levada pelos assaltantes.

Ao chegar até a Praia dos Carneiros, uma área de intenso turismo, os ladrões abandonaram os veículos. Um dos carros ficou na água e o outro, em terra. No chão, havia muitas cápsulas deflagradas. Os policiais estiveram no local vistoriando os automóveis.

Crimes

No fim ano passado, o Sindicato dos Bancários divulgou um balanço das ações criminosas praticadas contra instituições financeiras em 2016. O documento revelou que ocorreram, entre janeiro e dezembro, 346 casos de violência em 56 dos 184 municípios pernambucanos. Isso equivale a 30,43% do total de cidades.

O levantamento aponta para 250 arrombamentos e explosões, sendo 176 em locais como mercados e postos de gasolina. O documento revela, ainda, que o Agreste foi a área mais atingida pelas ações. Ao todo, 29 cidades que registraram ações violentas ficam na região. Isso significa 51% do universo afetado.

Fonte: G1

Senado já debate projeto de reforma trabalhista, agora PLC 38



Mobilizações colocaram os senadores sob pressão e reforma poderá ser derrotada

O projeto da reforma trabalhista chegou a Senado e foi cadastrado nesta terça-feira (2) no sistema da casa, como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017. A primeira sessão do plenário do mês de maio debateu a tramitação da proposta que desconstrói a Consolidação da Leis do Trabalho (CLT). Senadores da oposição ao governo Michel Temer usaram o microfone para defender que o PLC 38 passe obrigatoriamente pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o que os governistas tentarão evitar.

Antes, após reunião de líderes, o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que comandou a sessão na ausência do presidente Eunício Oliveira (PMDB-CE) – afastado por problemas de saúde –, disse que o projeto passará pelas comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos e será votado em plenário em 30 dias.

“No Senado, a percepção que a gente tem é de que o governo terá muitas dificuldades com o texto que veio da Câmara”, diz a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB). A parlamentar desmente a previsão do ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Pereira, que afirmou que a expectativa do governo é de que “a modernização” da legislação trabalhista passe com facilidade no Senado. “Eu tenho muita esperança que no Senado será até um pouco mais fácil a aprovação da reforma trabalhista, porque são menos cabeças, a oposição é menor”, disse.

“Não é verdade. Basta você ver que parte do próprio PMDB, a liderança do PMDB e um número significativo de parlamentares não está a favor desse texto. Um exemplo concreto é que, na bancada do meu estado (Amazonas), os três são contra”, afirmou Vanessa à RBA.

Omar Aziz (PSD-AM) discursou no Plenário na tarde de hoje e foi categórico. “Em muitos

pontos não irei votar de jeito nenhum. Quero deixar claro (que) não irei contra a história do trabalhador”, declarou. O outro amazonense na casa é Eduardo Braga (PMDB).

Paulo Rocha (PT-PA) acredita que a mobilização do movimento sindical nos dias 28 de abril e 1º de maio e a perspectiva de outra greve geral possam catalisar o movimento contrário à reforma no Senado. “Essa reação do movimento sindical pode constranger (o apoio ao texto) e proporcionar que a gente conte com uma parte do PMDB, puxada pelo Renan, e articular uma razoável reação para impedir que se faça essa quebra de direitos.”

Dirigentes das centrais sindicais viajaram hoje a Brasília para se reunir com parlamentares contrários às reformas, entre eles Renan Calheiros. A reunião, prevista para hoje, deve ocorrer na tarde desta quarta-feira (3). No dia seguinte, as entidades sindicais se reúnem para começar a definir uma nova agenda de ações conjuntas com movimentos sociais – a exemplo da greve geral do último dia 28 e do 1º de Maio.

Na semana passada, Renan, líder do PMDB, disse que a reforma “só interessa à banca, ao sistema financeiro, rejeitada em peso e de cabo a rabo pela população”. Disse também que “a reforma é tão malfeita, que chega a constranger e a coagir a base do próprio governo. Por isso ela vai e volta, de recuo em recuo”. Afirmou ainda que, como está, não passa no Senado.

Aliados de Temer se dizem “indignados” com a postura de Renan e ameaçam destituí-lo da liderança do partido. Romero Jucá (RR) chegou a dizer na sexta-feira (28) que “qualquer decisão sobre a liderança do partido no Senado cabe à bancada de senadores”. “Aprovar a reforma trabalhista é uma necessidade imperiosa, é um ato de defesa do trabalhador, sobretudo o trabalhador que não está protegido pela CLT”, disse Cássio Cunha Lima.

Comissões

A aposta inicial da oposição é ampliar a tramitação para a CCJ e a CDH. No primeiro discurso sobre o tema, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu que a importância

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

do PLC 38 exige que passe pelas duas comissões, e não só pela CAE e CAS. Para ela, a CLT é mais do que uma legislação e se caracteriza como um código, assim como o Código Civil e outros.

Segundo a petista, o texto aprovado pela Câmara é repleto de “barbaridades” em questões relativas a direitos humanos, e por isso precisa tramitar pela comissão relativa ao tema. Ela citou a situação das mulheres no texto do governo, tais como a previsão de que a decisão sobre o local de trabalho das grávidas será do médico da empresa. “Ele vai decidir com os critérios do empregado ou do empregador?”, questionou.

Com apoio da oposição, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou requerimento para que o PLC 38 seja analisado CCJ e pela CDH. O pedido deve ser apreciado amanhã (3).

A bancada governista, comandada por Jucá, articula para que o projeto tramite apenas nas comissões “de mérito”, a CAE e a CAS. Eles querem evitar que, uma vez na CCJ, presidida pelo aliado de Renan Edison Lobão (PMDB-MA), o relator seja negativo ao andamento do texto governista.

Em discurso na tribuna, Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a reforma trabalhista de Temer está ancorada pelo modelo do sindicalismo liberal norte-americano. “O que se pretende com a reforma, sem sofisma, é enfraquecer financeiramente a estrutura sindical de um ponto de vista sócio-político. O segundo ponto é a proposta de prevalência do contratado sobre o legislado”, destacou.

Para o peemedebista, o agora PLC 38 “configura a intenção manifesta de liquidar com a proteção ao trabalhador”, com o enfraquecimento dos sindicatos. “O sindicato enfraquecido vai para a mesa de negociação com os representantes patronais para estabelecer um contrato de trabalho que pode simplesmente ignorar os mais desfavorecidos. Quem garante que um sindicato enfraquecido não vai ceder direitos dos trabalhadores na negociação?”, questionou Requião.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF